



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quarta-feira, 18 de Dezembro de 2024 - Edição nº5230

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:863695967
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003

Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321- Maputo - Moçambique

Telefone: 844719596 ou 875431598

E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7

Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo

miramarkayakwanga@tdm.co.mz

Passagem do ciclone Chido em Moçambique

Novo balanço aponta para 34 mortos

(Maputo) Pelo menos 34 pessoas morreram em Cabo Delgado, Nampula e Niassa, na passagem do ciclone tropical intenso Chido, no domingo, e 35 mil casas foram afectadas, além de 34 unidades sanitárias, segundo novo balanço preliminar divulgado ontem.

De acordo com um relatório do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), o ciclone tropical, que se formou em 05 de Dezembro no sudoeste do oceano Índico, entrou no domingo pelo distrito de Mecúfi, na província de Cabo Delgado, no norte do país, “com ventos que rondaram os 260 quilómetros por hora” e chuvas fortes.

Entre os impactos preliminares já contabilizados, até às 18:00 de segunda-feira, a situação já afecta 174.518 pessoas, num

total de 34.219 famílias, 34 mortos -- 28 em Cabo Delgado, três em Nampula e três em Niassa - e 319 feridos, além de 11.744 casas parcialmente destruídas e 23.598 totalmente destruídas.

Foram afectadas igualmente cinco casas de culto, nove escolas e 34 unidades de saúde, mas também a interrupção do sinal das três operadoras de telecomunicações moveis em Cabo Delgado e o corte do cabo de fibra óptica entre Chiure e Namapa, naquela província.

O ciclone tropical intenso Chido, de escala 3 (1 a 5), atingiu a zona costeira do norte de Moçambique na noite de sábado para domingo, segundo o Centro Nacional Operativo de Emergência (CNOE), mas enfraqueceu para tempestade tropical severa, apesar de continua a fustigar as províncias a norte, com “chuvas muito fortes acima de 250 mm [milímetros]/24 horas, acompanhada de trovoadas e ventos com rajadas muito fortes”.

As autoridades já tinham admitido na quinta-feira passada que cerca de 2,5 milhões de pessoas poderiam ser afectadas pelo ciclone Chido nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, no norte, e na Zambézia e Tete, no centro. Moçambique é considerado um dos países mais severamente afectados pelas alterações climáticas no mundo, enfrentando ciclicamente cheias e ciclones tropicais durante a época chuvosa, que decorre entre Outubro e Abril.

O período chuvoso de 2018/2019 foi dos mais severos de que há memória em Moçambique: 714 pessoas morreram, incluindo 648 vítimas dos ciclones Idai e Kenneth, dois dos maiores de sempre a atingir o país. Já na primeira metade de 2023, as chuvas intensas e a passagem do ciclone Freddy provocaram 306 mortos, afectaram mais de 1,3 milhões de pessoas, destruíram 236 mil casas e 3.200 salas de aula, de acordo com dados oficiais do Governo. (Redacção)

CABO DELGADO APÓS CICLONE

ACNUR diz que 190 mil pessoas precisam de apoio urgente

(Maputo) O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) reconhece que o ciclone Chido agravou as necessidades de populações no norte de Moçambique deslocadas pelo terrorismo, com 190 mil pessoas a precisarem de apoio “urgente”.

De acordo com a porta-voz da ACNUR, Eujin Byun, o ciclone, que atingiu a costa norte de Moçambique no domingo através de Cabo Delgado e Nampula,

provocando pelo menos 34 mortos no país, até ao momento, “destruiu casas, desalojou milhares de pessoas e danificou gravemente” estradas e vias de comunicação, “dificultando os esforços de ajuda em áreas que já acolhem um grande número de deslocados” devido ao terrorismo.

Aquela agência das Nações Unidas para os refugiados assume estar “profundamente preocupada com o impacto nestas comunidades vulneráveis”, estando “a trabalhar em estreita colaboração com o Governo e com os parceiros humanitários

para prestar assistência imediata” às populações afectadas.

“Em algumas aldeias, muito poucas casas permanecem de pé. Anos de conflito, deslocamentos forçados e dificuldades económicas deixaram as comunidades da região cada vez mais vulneráveis. Para muitas famílias deslocadas, o ciclone Chido causou novas dificuldades, destruindo o pouco que conseguiram reconstruir”, alertou a porta-voz do ACNUR, garantindo que aquela agência está “a coordenar a

prestação de serviços vitais de protecção aos mais vulneráveis”.

“Embora a extensão total dos danos nas zonas rurais permaneça incerta, as avaliações preliminares sugerem que cerca de 190 mil pessoas necessitam urgentemente de assistência humanitária, 33 escolas foram afectadas e quase 10 mil casas foram destruídas”, sublinhou ainda Eujin Byun.

Nas primeiras 48 horas, o ACNUR refere ter prestado assistência no maior centro de alojamento de Pemba, capital de Cabo Delgado, “onde mais de 2.600 pessoas receberam ajuda de emergência e artigos essenciais, como cobertores, colchões, redes mosquiteiras e artigos para abrigos de emergência”.

Pelo menos 34 pessoas morreram em Cabo Delgado, Nampula e Niassa,

na passagem do ciclone tropical intenso Chido, no domingo, e 35 mil casas foram afectadas, além de 34 unidades sanitárias, segundo novo balanço preliminar divulgado ontem.

De acordo com um relatório do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), o ciclone tropical, que se formou em 05 de Dezembro no sudoeste do oceano Índico, entrou no domingo pelo distrito de Mecúfi, na província de Cabo Delgado, no norte do país, “com ventos que rondaram os 260 quilómetros por hora” e chuvas fortes.

Entre os impactos preliminares já contabilizados, até às 18:00 de segunda-feira, a situação já afecta 174.518 pessoas, num total de 34.219 famílias, 34 mortos -- 28 em Cabo Delgado, três em Nampula e três em Niassa - e 319 feridos, além de

11.744 casas parcialmente destruídas e 23.598 totalmente destruídas.

Foram afectadas igualmente cinco casas de culto, nove escolas e 34 unidades de saúde, mas também a interrupção do sinal das três operadoras de telecomunicações móveis em Cabo Delgado e o corte do cabo de fibra ótica entre Chiure e Namapa, naquela província.

O ciclone tropical intenso Chido, de escala 3 (1 a 5), atingiu a zona costeira do norte de Moçambique na noite de sábado para domingo, segundo o Centro Nacional Operativo de Emergência (CNOE), mas enfraqueceu para tempestade tropical severa, apesar de ter continuado a fustigar as províncias a norte, com “chuvas muito fortes acima de 250 mm [milímetros] /24 horas, acompanhada de trovoadas e ventos com rajadas muito fortes”. **(Redacção)**

PONTO DE ENTRADA DO CICLONE CHIDO EM MOÇAMBIQUE

Mecúfi com “destruição quase total”

(Maputo) O distrito de Mecúfi, ponto de entrada do ciclone Chido em Moçambique, está quase totalmente destruído, com cerca de 76 mil pessoas sem comunicações nem energia, indicaram ontem organizações no terreno.

“Logo à entrada foi possível verificar que quase todas as infra-estruturas, seja a nível privado, seja as infra-estruturas do Governo, estão quase na sua totalidade destruídas, incluindo as casas da população de Mecúfi”, disse Hélia Seda, gestora de projectos na Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesa Helpo em Moçambique, após visitar o distrito.

Citando o administrador local, Hélia Seda avançou que cerca de 76 mil pessoas foram afectadas pelo ciclone em Mecúfi, um distrito que está sem comunicação, sem corrente eléctrica e com necessidades alimentares, de saúde, de infra-estruturas e de abrigo.

“Quando fomos lá conversar com o administrador, a primeira necessidade que foi apontada foi a alimentação. Foi possível ver algumas pessoas tirando um pouquinho da comida dos escombros das casas para poder alimentar a sua família, então está uma situação de muita necessidade”, referiu ainda a responsável.

Imagens mostram diversas infra-estruturas sem tecto, casas de construção precária totalmente destruídas, objectos, roupas e arbustos espalhados por Me-

cúfi, havendo ainda, segundo a Helpo, vias intransitáveis, lagoas, rios e riachos transbordados.

Apenas uma escola e duas salas de aula resistiram ao ciclone, avançou Hélia Seda, referindo que, juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Helpo levou kits de higiene e outro material para as famílias afectadas.

“Neste momento toda a ajuda possível é importante (...). Toda população de Mecúfi foi afectada sem distinção”, disse a responsável, acrescentando que mesmo as comunidades e escolas identificadas pelas autoridades como locais seguros para acolhimento não resistiram ao ciclone Chido.

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) alertou para o sistema de saúde crítico no distrito de Mecúfi, com profissionais obrigados a trabalhar numa escola em condições “extremamente precárias”, situação que condiciona a prestação de cuidados eficazes.

“Todo o material médico se perdeu devido à exposição aos elementos. Há uma necessidade urgente de apoio para eliminar de forma segura estes medicamentos estragados, a fim de evitar o risco da sua utilização indevida”, refere a OCHA num documento de actualização de dados sobre os impactos do ciclone Chido em Moçambique, divulgado ontem.

A ONG avançou ainda que a

comunidade necessita urgentemente de alimentos, abrigo, apontando também o reabastecimento de medicamentos essenciais e reconstrução dos serviços de saúde como prioridades.

Pelo menos 34 pessoas morreram em Cabo Delgado, Nampula e Niassa, na passagem do ciclone tropical intenso Chido, no domingo, e 35 mil casas foram afectadas, além de 34 unidades sanitárias, segundo novo balanço preliminar divulgado ontem.

De acordo com um relatório do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), o ciclone tropical intenso Chido de escala 3 (1 a 5), que se formou em 05 de Dezembro no sudoeste do oceano Índico, entrou no domingo em Moçambique pelo distrito de Mecúfi, “com ventos que rondaram os 260 quilómetros por hora” e chuvas fortes.

Entre os impactos preliminares já contabilizados, até às 18:00 de segunda-feira, a situação afectou 174.518 pessoas, num total de 34.219 famílias, registaram-se 34 mortos -- 28 em Cabo Delgado, três em Nampula e três em Niassa - e 319 feridos, além de 11.744 casas parcialmente destruídas e 23.598 totalmente destruídas.

Moçambique é considerado um dos países mais severamente afectados pelas alterações climáticas no mundo, enfrentando ciclicamente cheias e ciclones tropicais durante a época chuvosa, que decorre entre Outubro e Abril. **(Redacção)**

Cerca de 231 mil famílias em insegurança alimentar

(Maputo) Cerca de 231 mil famílias, na província de Tete, enfrentam insegurança alimentar devido aos impactos do fenómeno climático El Niño, disse a directora provincial da Agricultura e Pescas em Tete.

“Nós perdemos cerca de 257.754 hectares e estes afectaram em torno de 231.920 famílias, que ficaram com áreas perdidas ao longo desta campanha agrária”, disse Odete Naftal. Segundo a representante, a situação que afectou oito distritos da província é causada pela “seca e estiagem prolongada”, o que contribuiu para a pouca produção agrícola este ano. “Embora tenhamos lançado a campanha agrária 2024/2025, ainda não temos chuva senão no planalto, a zona sul [da província] ainda não verifica chuvas”, explicou.

A directora disse ainda que já foram doados insumos agrícolas, sementes, pesticidas e fertilizantes às famílias afectadas.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estimou recentemente que cerca de 4,8 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária em Moçambique, sendo necessários 64 milhões de dólares para responder às necessidades.

“As múltiplas crises afectando actualmente Moçambique - conflito, seca e emergências de saúde pública - estão a sobrecarregar os recursos humanitários. Cerca de 4,8 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária (10% de pessoas com deficiência), incluindo 3,4 milhões de crianças”, lê-se num comunicado da Unicef. Em Setembro, a Organização das Nações Unidas (ONU) avançou que perto de dois milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária no país.

“Neste ano, Moçambique foi afectado pela seca induzida pelo fenómeno El Niño, durante a época 2023-2024. Estima-

-se que cerca de 1,8 milhões de pessoas possam enfrentar insegurança alimentar entre Outubro próximo e Março de 2025. Face a esta situação, a necessidade de assistência humanitária para as comunidades afectadas tem estado a aumentar, sobretudo nas regiões centro e sul de Moçambique”, explicou a organização. Moçambique é considerado um dos países mais severamente afectados pelas alterações climáticas globais, enfrentando ciclicamente cheias e ciclones tropicais durante a época chuvosa, que decorre entre Outubro e Abril.

O El Niño é uma alteração da dinâmica atmosférica causada por um aumento da temperatura oceânica. Este fenómeno meteorológico está também a provocar chuvas torrenciais na África oriental, que já causaram centenas de mortos em vários países, como Quênia, Burundi, Tanzânia, Somália e Etiópia. (Redacção)

PARA DISCUTIR INSTABILIDADE EM MOÇAMBIQUE

África do Sul organiza encontro de alto nível

(Maputo) Uma delegação ministerial da África do Sul vai reunir-se, hoje, em Malelane, na província sul-africana de Mpumalanga, com representantes do Governo moçambicano para debater “a actual situação de instabilidade em Moçambique”, anunciaram ontem as autoridades sul-africanas. “O encontro acontece devido a vários desafios que estamos a enfrentar”, disse Chrispin Phiri, porta-voz do ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, sem avançar detalhes.

De acordo com o porta-voz ministerial, a delegação sul-africana será liderada pelo chefe da diplomacia da África do Sul, Ronald Lamola, e integrará responsáveis dos Ministérios da Defesa, do Interior e do Comércio e Indústria, bem como da Polícia e dos Transportes, assim como da Autoridade Tributária (SARS) e da Autoridade de Gestão de Fronteiras (BMA).

Em comunicado divulgado pelo Ministério das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, é anunciado que a delegação moçambicana será chefiada pela ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Dhlovo, que representará as áreas congéneres do país, visando o encontro “abordar os desafios em Moçambique”.

“Este encontro representa uma oportunidade significativa para a colaboração e o diálogo entre a África do Sul e Moçambique”, lê-se na nota.

O porta-voz ministerial sul-africano considerou que “a actual situação de instabilidade em Moçambique exige consultas adicionais para além das recentes conversações bilaterais sobre a situação de fronteira” entre os dois países. “Gostaríamos de ver uma desescalada da situação, e um engajamento mútuo”, afirmou, salientando que Pretória “assistirá no que for necessário”.

Depois do encontro, as delegações ministeriais visitarão, à tarde, o posto sul-africano de fronteira de Lebombo, em Komatipoort, segundo o Governo sul-africano.

A principal fronteira entre a África do Sul e Moçambique (Ressano Garcia, do lado moçambicano) é considerada uma das principais rotas de abastecimento do país, incluindo a capital Maputo.

Esta fronteira tem enfrentado várias interrupções nos últimos dois meses devido aos protestos pós-eleitorais em Moçambique.

O dirigente da Associação de Transítários da África do Sul (RFA, na sigla em inglês), Gavin Kelly, apelou à intervenção

do Presidente, Cyril Ramaphosa, estimando em cerca de 10 milhões de rands por dia os prejuízos para a economia sul-africana em resultado das actuais manifestações e tumultos em Moçambique.

Na semana passada, o Presidente de Angola, João Lourenço, instou, em Pretória, a África do Sul a encontrar uma solução regional para a crise de instabilidade “preocupante” que disse estar a afectar Moçambique.

“Gostaria de vos transmitir o interesse da República de Angola e o meu interesse pessoal em desenvolver com a África do Sul linhas de comunicação e consulta permanente, a fim de definir posições e estratégias comuns para a procura de soluções para as diversas crises que surgem na nossa região, como a preocupante instabilidade actualmente verificada em Moçambique devido à não aceitação por parte de um partido dos resultados das últimas eleições gerais realizadas naquele país”, declarou João Lourenço.

O chefe de Estado angolano falava no Union Buildings, em Pretória, no final de um encontro com o homólogo anfitrião, Cyril Ramaphosa, no âmbito da sua primeira visita de Estado à África do Sul. (Redacção)

FMI sugere melhorias para investimento público sustentável

(Maputo) Num relatório do FMI, sobre a Avaliação de Gestão do Investimento Público, realizada a pedido do Ministério da Economia e Finanças, o organismo internacional reconheceu que o país deu passos para melhorar estas políticas, nomeadamente com a definição do quadro orçamental a médio prazo, publicado antes da elaboração do Orçamento do Estado.

No entanto, concluiu que também é necessário “introduzir considerações climáticas nos principais projectos do próximo ciclo de planeamento nacional” moçambicano, bem como “melhorar a informação relacionada com o clima na avaliação de projectos e nos códigos de construção”.

“Assegurar que os projectos de investimento em curso são prosseguidos durante a execução do orçamento”, apontou ainda o relatório do FMI.

O Fundo defendeu igualmente que é preciso “melhorar o quadro fiscal para despesas de investimento público

sustentáveis” e “considerar a implementação regras fiscais e continuar a melhorar o relatório de riscos fiscais”.

“Reforçar a gestão de caixa e os controlos de compromisso para garantir que as despesas dos projectos estão dentro do orçamento e as facturas são pagas atempadamente para evitar atrasos”, acrescentou a avaliação do FMI, defendendo também melhorias no quadro fiscal “para despesas de investimento público sustentáveis”.

“Considerar a implementação regras fiscais e continuar a melhorar o relatório de riscos fiscais”, sugeriu ainda.

Após consultas realizadas com o Governo no primeiro trimestre de 2024, para esta avaliação, o FMI defendeu uma “análise quantitativa dos desastres naturais relacionados o risco fiscal” como uma das medidas “para conseguir um maior desenvolvimento da infra-estrutura e melhorar a sua eficiência, considerando também al-

terações climáticas”.

Moçambique é considerado um dos países mais severamente afectados pelas alterações climáticas no mundo, enfrentando ciclicamente cheias e ciclones tropicais durante a época chuvosa, que decorre entre Outubro e Abril.

No domingo, a passagem do ciclone Chido pelas províncias de Nampula e Cabo Delgado provocou, segundo balanços preliminares, pelo menos 34 mortos.

O período chuvoso de 2018/2019 foi dos mais severos de que há memória em Moçambique: 714 pessoas morreram, incluindo 648 vítimas dos ciclones Idai e Kenneth, dois dos maiores de sempre a atingir o país.

Já na primeira metade de 2023, as chuvas intensas e a passagem do ciclone Freddy provocaram 306 mortos, afectaram mais de 1,3 milhões de pessoas, destruíram 236 mil casas e 3.200 salas de aula, de acordo com dados oficiais do Governo. **(Redacção)**

DOAÇÃO DA COREIA DO SUL

Maputo com câmaras para controlar velocidade e infracções no trânsito

(Maputo) Uma doação do Governo da Coreia do Sul permitiu a instalação de câmaras para fiscalização digital do trânsito na cidade de Maputo, como parte da iniciativa para melhorar a segurança rodoviária, foi ontem anunciado.

O financiamento de cerca de 7 milhões de dólares, a título de donativo, foi atribuído ao Governo de Moçambique através da Agência de Cooperação Internacional da Coreia (Koica) para a implementação do “Projecto de Melhoramento da Segurança Rodoviária e Capacitação Institucional”.

“O sistema de monitoramento de infracções introduzido neste projecto não apenas facilita o cumprimento da lei, mas também reforça a necessidade

de responsabilidade no uso das vias, ao mesmo tempo que desafia os agentes de fiscalização rodoviária a serem mais íntegros e transparentes”, refere-se numa nota do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Segundo o ministério, estão a funcionar desde segunda-feira as novas infra-estruturas construídas no âmbito do projecto da segurança rodoviária, entre as quais constam vedações de rotundas, escolas e semáforos, passadeiras, uma ponte pedonal, um centro de monitorização de contravenções rodoviária e câmaras que vão permitir “a fiscalização digital do trânsito”.

O número de óbitos em acidentes de viação em Moçambique caiu 5% no primeiro semestre, face ao mesmo

período de 2023, mas ainda há, em média, dois mortos por dia nas estradas moçambicanas, indicam dados oficiais.

De acordo com um relatório do Ministério dos Transportes e Comunicações, registaram-se 310 acidentes de viação nos primeiros seis meses do ano, contra 357 no mesmo período do ano passado, uma redução de 13%.

Estes acidentes causaram 366 mortos contra 387 em 2023 (-5%), e 271 feridos graves, menos 8% em termos homólogos. Nos primeiros seis meses deste ano, as estradas da província de Inhambane e Gaza (sul) foram as mais mortíferas, com 55 e 46 mortos, respectivamente, seguidas de Nampula (45), no norte, e da cidade de Maputo (43). **(Redacção)**